

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NOROESTE PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Cássia Regina Soares Cardoso¹

Resumo

Este texto é uma contribuição à reflexão sobre o processo de colonização da região de Umuarama durante as décadas de 1950 e 1960, um período de mudanças que transformaram a paisagem natural e levaram quase à extinção, os indígenas que a habitavam. O processo de colonização desta região está ligado à ocupação do Norte do Paraná, geralmente identificado com a expansão da agricultura cafeeira e a ocupação dos chamados vazios demográficos. Analisando este contexto, objetivamos mostrar alguns aspectos deste processo em relação à região de Umuarama, parte do denominado Norte Novíssimo, tema pouco tratado nos livros de História do Paraná ou em pesquisas acadêmicas. O contexto histórico que envolve este processo torna possível perceber a existência de continuidades e de peculiaridades presentes na colonização da região em relação à colonização do Norte paranaense.

Palavras-chave: História Regional. Noroeste do Paraná. Ocupação. Colonização.

Abstract

This text is a contribution to reflection on the process of colonization in the region of Umuarama between the decade of 1950 and 1960, a period of changes that transformed the natural landscape and led to almost extinction, the indigenous people that inhabited. The process of colonization of this region is linked to the occupation of the northern Parana, usually identified with the expansion of coffee farming and occupation of the so-called empty demographic. Analyzing this context, we aimed at showing some aspects of this process in the region of Umuarama named, the newly North, a topic little treated in the history books of Parana or in academic research. The historical context surrounding this process makes it possible to realize that there are continuities and peculiarities in the colonization of the region in relation to the colonization of northern Parana.

Keywords: Regional History. Northwestern Parana. Occupation. Colonization.

¹ Professora de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Turma PDE 2007. Orientada pelo Professor Dr. Ângelo Ap. Priori, Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Introdução

Procurando compreender o contexto histórico que envolveu o processo de colonização da região de Umuarama, pretendemos contribuir para o ensino da História do Paraná, cujos conteúdos passaram a ser obrigatórios no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino com a Lei n.º 13381, de 18 de dezembro de 2002, promulgada pelo Governo Estadual.

Apesar do avanço em relação à produção bibliográfica sobre a História do Paraná após a promulgação da Lei, pouco encontramos sobre a região Noroeste e sua colonização.

Quando contemplam a colonização da região Noroeste do Paraná, também denominada de Norte Novíssimo de Umuarama, os autores a identificam com a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sem apresentar maiores detalhes.

Com interesse de identificar as possíveis semelhanças e diferenças do processo de ocupação da região de Umuarama em relação à ocupação do Norte paranaense, procuramos aqui, descrever o contexto em que esta ocupação aconteceu e apresentar os agentes que a promoveram.

Apresentamos contribuições de estudos realizados nas últimas décadas que questionam aspectos amplamente difundidos sobre a colonização do Norte paranaense. Tratamos também, ainda que não de maneira aprofundada, sobre a questão da delimitação de uma região como objeto de estudos do historiador e do ensino da História regional.

A limitação imposta pela escassez de fontes bibliográficas, não impede que este estudo desperte o interesse para novas análises a partir dos questionamentos que poderão surgir com a sua leitura.

A apresentação deste tema aos professores do Núcleo Regional de Educação de Umuarama e membros do Grupo de Trabalho em Rede, no processo de implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE - nas escolas, confirmou a necessidade de pesquisas mais elaboradas a respeito das diferentes localidades do Estado. Trabalho este que poderá ser desenvolvido com os alunos, como outros já realizados, porém, desta vez com a

preocupação de registrar e arquivar corretamente as fontes levantadas, para que possam servir a estudos posteriores.

Considerações sobre a História Regional e Local

O conceito de região passou a ser mais intensamente analisado a partir do momento em que a Geografia e a História passaram ser consideradas campos do conhecimento científico.

Barros (2005), ao definir a História como ciência que estuda o homem no tempo e no espaço, afirma que uma “noção mais ampla de região – como unidade que apresenta uma lógica interna ou um padrão que a singulariza, e que ao mesmo tempo pode ser vista como unidade a ser inserida ou confrontada em contextos mais amplos” traz ao historiador uma gama de possibilidades de recortes regionais, como a delimitação baseada em critérios físico-geográficos, culturais, políticos ou antropológicos.

Na concepção de Barros (2005), e aqui podemos também inserir o trabalho de Priori (1994), a delimitação da região é colocada como uma escolha do historiador que, a partir do problema histórico, do tema que deseja pesquisar e das questões que pretende resolver, estabelece os limites territoriais que abrangerá em sua análise. Esta delimitação deverá corresponder sempre à problemática elaborada pelo historiador.

Desta forma, a problemática é o ponto de partida para a delimitação do espaço a ser analisado. É a problemática também que indicará que fontes serão utilizadas na tentativa de responder aos questionamentos por ela impostos.

A problemática estabelecida para a realização deste estudo relaciona-se com a ocupação e colonização do Norte paranaense numa tentativa de ampliar a análise deste processo para a microrregião de Umuarama.

A delimitação espacial feita para fins estatísticos, denominada de microrregião de Umuarama, construída pelo IBGE e adotada a partir de 1990 será nosso “cenário”².

² As definições de mesorregião e microrregião, feitas pelo IBGE podem ser encontradas em IBGE, 1990, p. 8-10.

Uma outra questão que se coloca como objeto de estudos e discussões entre os intelectuais ligados à área educacional, é a relevância de estudos regionais e locais para a formação da consciência histórica dos sujeitos e os riscos assumidos por este tipo de abordagem histórica.

Apresentamos aqui alguns cuidados que devemos levar em conta ao trabalharmos com a História regional em sala de aula.

O estudo regional não substitui o estudo de processos mais amplos, pois a realidade local/regional não contém em si, a chave de sua própria explicação, ela só poderá ser compreendida pela relação com outras localidades ou processos históricos mais amplos (Silva, 1990 e Schmidt; Cainelli, 2004).

Também não devemos entender a História geral como a soma de histórias regionais ou locais (Silva, 1990).

A História regional fundamenta a idéia de que a vivência imediata favorece a compreensão da realidade, porém, esta realidade na qual se insere o aluno vai além do espaço em que vive (Gonçalves, 1998 e Germinari, 2005).

Utilizada como estratégia pedagógica, a História regional poderá inserir o aluno em discussões históricas mais amplas (Germinari, 2005), mas devemos entender que a realidade imediata não é a única fonte de motivação e conhecimento ou a única desencadeadora de problematizações.

O estudo regional traz a possibilidade de verificar uma rede de semelhanças e de contradições que se entrecruzam em histórias similares. No entanto, ao realizarmos análises comparativas entre diferentes regiões, precisamos evitar as generalizações e estar atentos ao uso de analogia para suprir algumas lacunas de documentação (Calabi, 2003).

Quando realizamos as comparações, estabelecemos uma relação do regional com o nacional e “nossa visão e compreensão de determinado fato se amplia, possibilitando romper com estereótipos historiográficos” (Caprini, 2007. p 4).

Devemos estar alerta ainda, para o fato de que o ensino da História regional pode ser usado como meio para atender a preocupação das elites com uma integração ideológica de todos os habitantes do Estado e como meio de criar uma “identificação micro-patriótica entre uma Unidade da Federação e um

determinado espaço (natural) de efetivação da nacionalidade (de origem ou adotiva) mais essencial” (Gonçalves, 1998. p 67).

Outro risco é não percebermos, segundo Forquim, que “a História contém, por excelência, a possibilidade de se apreender o processo de tradição seletiva, isto é, o trabalho de seleção pelo qual a memória coletiva constrói (ou reconstrói) sua herança, seja integrada à cultura universal, seja conservada em arquivos, seja rejeitada nas trevas do esquecimento definitivo.” (Forquim, 1993, apud Schimidt, 1998. p. 12)

Muitos trabalhos realizados por aqueles que querem resgatar a História local ou regional, acabam narrando a História sem a preocupação com o rigor científico das informações ou das fontes, transformando-se num amontoado de informações sem uma organização teórico-metodológica (Caprini, 2007).

Uma outra questão que envolve o estudo da História regional são as fontes de pesquisa. Em muitos casos, as fontes secundárias são escassas ou não existem e, dificilmente encontramos as fontes primárias organizadas e arquivadas corretamente.

Isso acontece em relação aos documentos oficiais, aos arquivos de diversas instituições e aos arquivos pessoais. Um exemplo são os álbuns de fotos onde os protagonistas da História retratada não anexaram às fotos as informações necessárias para que qualquer pessoa que viesse a vê-las pudesse compreender o seu contexto. Estes morrem e, muitas vezes, seus descendentes não sabem nada a respeito das fotos que acabam sendo descartadas, assim como outros objetos ou documentos tidos como velharias ou desnecessários à família.

As informações oficiais repassadas pelos órgãos públicos municipais não fogem a esta regra. É comum encontrarmos publicações desvinculadas do caráter científico, sem a citação das fontes utilizadas e, não raro, reproduções de outras obras.

No processo de Implementação desta proposta de ensino regional, dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), nas diferentes etapas da divulgação da pesquisa entre os professores do Núcleo Regional de Umuarama, observamos que muitos professores têm realizado pesquisas e trabalhos com seus alunos a respeito da História de suas localidades, mas o registro destes

trabalhos, quando feito, não traz os dados relativos às fontes de pesquisa utilizadas, a transcrição de entrevistas ou as informações que permitam entender o contexto das fotografias.

A importância do estudo regional como elemento de comparação pôde ser comprovado nas discussões estabelecidas no Grupo de Trabalho em Rede, composto por professores das diferentes regiões do Paraná que, ao lerem sobre a região de Umuarama, puderam estabelecer comparações com o processo de ocupação de sua região.

Antes de chegar ao Noroeste

Cardoso e Westphalen (1986), assim como outros autores, adotam a idéia de três ondas de ocupação distintas para explicar a ocupação do Paraná e a formação das comunidades paranaenses.

A primeira refere-se ao denominado Paraná Tradicional, cuja expansão deu-se a partir de Paranaguá e Curitiba às regiões de campo, motivada pela criação de gado, pela indústria ervateira e de madeira de pinho.

A segunda e a terceira, referem-se ao Paraná Moderno, uma ligada à expansão cafeeira que ocupou o Norte do Paraná, vinda de São Paulo e a outra, aos colonos da agricultura de subsistência originários principalmente do Rio Grande do Sul, ocupando o Sudoeste paranaense.

A colonização do Norte paranaense é tradicionalmente apresentada a partir da divisão do território em três partes: O Norte Velho, ou Norte Pioneiro, localizado no nordeste do Estado, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi e teve sua ocupação iniciada em meados do século XIX, desenvolvendo-se nas primeiras décadas do século XX.

O Norte Novo, região que vai desde o rio Tibagi até as proximidades de Maringá, foi colonizada principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná entre os anos de 1930 e 1947.

O Norte Novíssimo, que compreende a região que se estende das proximidades de Maringá até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri, foi colonizada desde 1940, até 1960. Os 21

municípios que compõem atualmente a microrregião de Umuarama fazem parte do Norte Novíssimo.

A colonização do Norte do Paraná iniciou-se pelo Norte Pioneiro, o primeiro núcleo colonizador oficial foi a colônia militar Jataí, construída em 1854 e entregue à administração do governo estadual em 1896, dando origem a Jataizinho.

O povoamento da região se deu por migrantes mineiros e paulistas, atraídos pelas terras férteis e devolutas que atraiu também imigrantes, entre eles, japoneses, italianos e alemães.

As terras roxas do Norte paranaense foram um atrativo para a expansão cafeeira. As políticas nacionais de restrição à produção cafeeira não haviam atingido o Paraná, que era um produtor pouco expressivo no cenário nacional.

A organização seguia os padrões das sociedades mineira e paulista, com a presença do latifúndio, o uso do trabalho escravo e o patriarcalismo.

A falta de comunicação da região Norte com o interior do Estado e o fato de ser colonizada por paulistas e mineiros despertou o “perigo paulista”, a elite paranaense temia perder a região para São Paulo. Projetos ferroviários surgiram com o objetivo de ligar essa região ao porto de Paranaguá. Mas a falta de verbas junto ao governo federal dificultou a efetivação desses projetos.

A região denominada Norte Novo era habitada por índios e por caboclos (posseiros). Boa parte foi colonizada por iniciativa privada, com a divisão das terras em lotes médios e pequenos para facilitar a venda, diferentemente do que aconteceu no Norte Pioneiro onde prevaleceu a formação de latifúndios.

A principal empresa colonizadora que adquiriu e loteou terras no Norte Novo foi a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Até 1945 o Paraná produzia de 2 a 3% da produção nacional de café. Na década de 1940, o eixo produtor de café foi deslocado do Norte Pioneiro para o Norte Novo (Londrina). No início da década de 1960 o Paraná tornou-se o maior produtor brasileiro de café e Londrina passou a ser intitulada “capital mundial do café”.

O governo procurava incentivar a exportação pelo porto de Paranaguá o que era dificultado pela ausência de empresas paranaenses compradoras e

beneficiadoras de café, pelos laços de amizade e pelas tarifas ferroviárias rumo a São Paulo serem mais baratas.

Para forçar a exportação pelo porto de Paranaguá o governo incentivou a criação de firmas que passaram a concorrer com as paulistas na região e estabeleceu a diminuição das taxas de exportação no porto de Paranaguá.

A lavoura cafeeira chegou à região do Norte Novíssimo somente em meados da década de 1940.

A região de Umuarama, de solo arenito, apresentava vegetação composta originalmente de floresta tropical, mais pobre em espécie do que a do Norte do Estado. Esse tipo de solo, de terras mistas e arenosas, é menos propício ao cultivo do café.

Questionamentos necessários

Apesar dos estudos recentes sobre a colonização do Norte paranaense questionarem algumas idéias como: vazio demográfico; avanço da frente pioneira; colonização pacífica e a colonização privada como modelo de Reforma Agrária, sua permanência ainda é comum nos escritos comemorativos, históricos de municípios e materiais didáticos.

A idéia de “vazio demográfico” é foco de análise nos trabalhos de Mota (1994) e de Tomazi (1997).

Na primeira parte de seu livro publicado em 1994, Mota faz uma análise mostrando como a idéia de “vazio demográfico” foi sendo criada e divulgada de forma que parecia tão verdadeira a ponto de não ser questionada. Ressalta que

os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 e 50 do século XX; a historiografia sobre o Paraná produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos, que são uma síntese das três fontes. (MOTA, 1994, p.10)

Ao penetrar na região, o colonizador vai ocupando o espaço, capitalizando-o, fazendo da terra e do que nela está, mercadorias a serem

comercializadas, em função do lucro e do pretense progresso ou desenvolvimento.

Para que seja ocupada, deduz-se que a terra deva estar vazia. Constrói-se então a ideologia do vazio, baseada na relação homem/terra presente no capitalismo, onde a terra é mercadoria e o homem precisa ocupá-la para integrá-la nesse sistema. E, ao ocupá-la, transforma sua natureza, o meio natural vai aos poucos sendo modificado, transformando-se em suas características físicas, climáticas, hidrográficas.

Relação esta que se contrasta com a que o indígena tem com a terra. Para este, a terra é fonte de realização, de sobrevivência, por isso a necessidade de mantê-la com suas características naturais.

Isso justifica, ao menos em parte, a negação da presença indígena ao proclamarem que a região consistia um imenso vazio demográfico.

E, por isso, de acordo com Tomazi (1997), não podemos falar de ocupação do território e sim em re-ocupação, já que antes dos colonizadores brancos chegarem, as terras eram habitadas por grupos indígenas que foram sendo empurrados ou massacrados.

A notícia da presença indígena na região poderia afastar os compradores. Não raro eram então “abafadas” pelas autoridades e pelas colonizadoras que tratavam de “limpar” a região.

Um exemplo é a denúncia num jornal local, sobre a ação da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração (Cobrimco), ao intensificar a sua atuação na ocupação do território Xetá:

seus caminhões teriam sido vistos pelo menos duas vezes conduzindo índios para fora da Serra dos Dourados. Qual o destino? Nada se sabe. Ninguém, ao que parece, procurou averiguar (...). Pessoas temem fazer denúncias. (Jornal Gazeta do Povo, 03, dez, 1959. In: PARANÁ, 2000).

Os índios Xetá representam a presença mais antiga ainda viva na região de Umuarama, tendo resistido por, pelo menos 100 anos após as primeiras notícias de sua existência, permaneceram ocultos, foram contatados pelos colonizadores quando já estavam à beira do extermínio, no final da década de 1940 e início da de 1950.

Durante gerações, estes índios viveram dos produtos da floresta primitiva, que também os protegia contra os forasteiros. Liquidada porém a floresta, restaram os índios como o peixe em lagoa seca. Não mais dispunham de meios de sobrevivência morreram porque o mundo civilizado não foi generoso para com eles. (p. 78 – Kozák –1981, Tomazi, 1997, p. 31)

A destruição da floresta, a presença de mais colonos na região, a morte provocada por doenças trazidas pela colonização, a captura de crianças Xetá levadas para viver entre os brancos, a expulsão de seu habitat, a separação de seu povo e do convívio com a sua cultura, são fatores que contribuíram para a quase extinção do povo Xetá.

Segundo Silva (1998), apesar de notícias da presença indígena na região serem veiculadas desde 1948, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) somente fez contato com um grupo Xetá em 1955. Até aquele momento, nenhuma medida para proteger os índios e seu território tinha sido tomada pelo SPI.

Além da expulsão dos índios, a destruição da mata para a instalação das cidades e dos lotes rurais, levou ao desaparecimento de espécies vegetais e animais.

Os animais, aves e frutas que tínhamos na nossa terra, eram melhores e maiores que os que têm aqui, na cidade, no zoológico. Os bichos de lá eram grandes, muito grandes, e tudo nós tínhamos em grande quantidade, mas os comedores de índio [referem-se aos brancos] destruíram tudo, até nossa gente. (Kuen e Tikuein (Mã), Posto Indígena das Cobras, 1997 – In: SILVA, 1998).

A violência foi utilizada pelos colonizadores para expulsar os índios e pelos índios para se defender, porém, a vantagem foi dos brancos, como aparece neste depoimento dado por um sobrevivente Xetá:

Nós éramos muitos. Os brancos queriam acabar com a gente, e nós com eles. Antigamente, bem antes de chegarmos até eles, quando descobriram a gente naquela terra, eles iam onde eles paravam, [acampamento da cia colonizadora] pegavam uma turma, iam até lá no nosso lugar e matavam nossa gente. A nossa gente, por sua vez revidava. Só que eles eram muitos, nós fomos acabando. Não conseguimos fazê-los sumir, mas eles sumiram com a gente. (Tikuem (Mã), PIN S. Jerônimo, 1996 – In: SILVA, 1998)

Além da presença indígena que desmente a noção de “vazio demográfico”, relatos indicam também a presença de posseiros e mateiros na região.

Em resposta a indagação sobre a presença de posseiros na região colonizada pela Companhia Byngton, Aristóteles Coelho Rosa, antigo funcionário da empresa, morador da cidade de Xambrê, afirma que:

[...] as terras foram compradas, não tinha, não teve posse. Posse que existia aqui era de Altônia pra lá, na beira do rio Paraná tinha posse. Mas a Byngton comprou todas as posses e ficou com toda terra pra ela, de Altônia pra lá são compradas essas terras. (Rosa, 2007 – entrevista concedida)

Silva (1998, p. 185) fala da existência de jagunços da companhia e “suas ações arbitrárias, violentas e criminosas junto aos índios e aos pequenos posseiros não-índios da região”. Tal afirmação é confirmada, segundo a autora, por matéria publicada na Revista Panorama em 1978 e por depoimentos de Lustosa de Freitas e Tuca.

Ainda na obra de Silva (1998), narrando as expedições do SPI a procura de seu povo, Tuca, um sobrevivente Xetá, explica a necessidade de mateiros nas expedições, pois eles conheciam a mata. Ora, se conheciam a mata é porque viviam por ali. Mais uma vez o mito do vazio demográfico não encontra respaldo nas pesquisas históricas.

A colonização privada respondia ainda à necessidade que o Estado via em ocupar o que ele denominava “espaços vazios” e integrá-los ao sistema capitalista e à escassez de recursos em que se encontravam os cofres públicos.

Segundo Cancián,

a fórmula de resolução do problema, foi a mudança da política agrária, o favorecimento à formação de empresas colonizadoras. Conceder terras a empresas, para que estas, mediante a especulação com sua venda em condições remuneradoras, compensassem o investimento com a abertura de estradas. O programa político para facilitar a colonização era favorecer quem tivesse capitais, já que o Estado não dispunha. Tratava-se de incentivar a colonização dirigida. (Cancián 1977, p. 118 – apud Tomazi, 1997, p. 164).

O governo poderia lucrar com os impostos que recaíam sobre a venda dos lotes e sobre a comercialização da produção. A infra-estrutura implantada pelas companhias garantia condições de permanência aqueles que se instalavam nas novas cidades e povoados, sem ônus para o Estado.

A colonização do Norte do Paraná foi também, muitas vezes, identificada com a realização de uma Reforma Agrária pacífica, implementada pelas companhias colonizadoras em terras concedidas por venda ou permutas pelo governo do Estado. Terras estas, consideradas devolutas, alvo do interesse de “aventureiros” que poderiam ocupá-las sem que tivessem direito sobre as mesmas.

Exemplo disso é o fato da região em estudo fazer parte, na década de 1930, de uma área de grilagem denominada Reconquista, com 446.280 alqueires, pertencentes ao município de Guarapuava, correspondendo quase que totalmente à área da microrregião de Umuarama³.

A colonização privada passou a ser então, a solução para evitar a ocupação desordenada e ilegal. A colonização privada permitia o acesso a terra aqueles que não dispunham de grandes riquezas. Os prazos de pagamento dos lotes rurais ou urbanos era um dos atrativos. As colonizadoras proporcionavam uma infra-estrutura básica, com estradas de acesso, instalação de serrarias, motores geradores de energia, transporte aéreo, entre outras.

Estes “atrativos” pareciam, nas propagandas, afirmar que uma vida de qualidade estava à espera daqueles que tivessem a coragem de deslocar-se para uma região em início de colonização e enfrentar o trabalho de transformar a mata em campos produtivos e inseridos no sistema econômico do capital.

Falar em Reforma Agrária no Paraná não fazia então nenhum sentido. Pois os moldes de colonização implantados eram vistos como exemplo de Reforma Agrária e de acesso a terra.

A própria Companhia de Terras Norte do Paraná, depois Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que inspirou, com seu modo de atuação, diversas companhias, se apresenta no livro comemorativo ao cinquentenário de sua existência, como um modelo de Reforma Agrária.

³ Segundo Relatório do Departamento de Geografia, Terras e Cartografia, ano base 1942, apresentado pelo Sr. Antonio Batista Ribas, diretor do DGTC ao Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, Sr. Angelo F. Lopes. Curitiba, 30 de junho de 1943. P. 74-126. In: PRIORI, 2000. p. 85.

“[...] o Norte do Paraná, colonizado pela companhia, é antes de tudo um exemplo a seguir, um exemplo do que pode alcançar o agricultor brasileiro quando trabalha um solo fértil que seja seu, amparado pela certeza de lucro e pelo direito de propriedade. [...] Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão da terra em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiam adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riqueza para muitos; do sistema de colonização que aceitaram decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária”. (CMNP, 1995)

Enquanto as discussões acerca da necessidade de uma reorganização agrícola no Brasil tomam vulto nas instâncias parlamentares, embaladas pelo crescimento das lutas dos trabalhadores rurais e as reações dos setores conservadores, políticos paranaenses como Munhoz da Rocha Neto, apregoavam a colonização do Norte do Paraná, realizada principalmente pela CTNP/CMNP, como um modelo de Reforma Agrária.

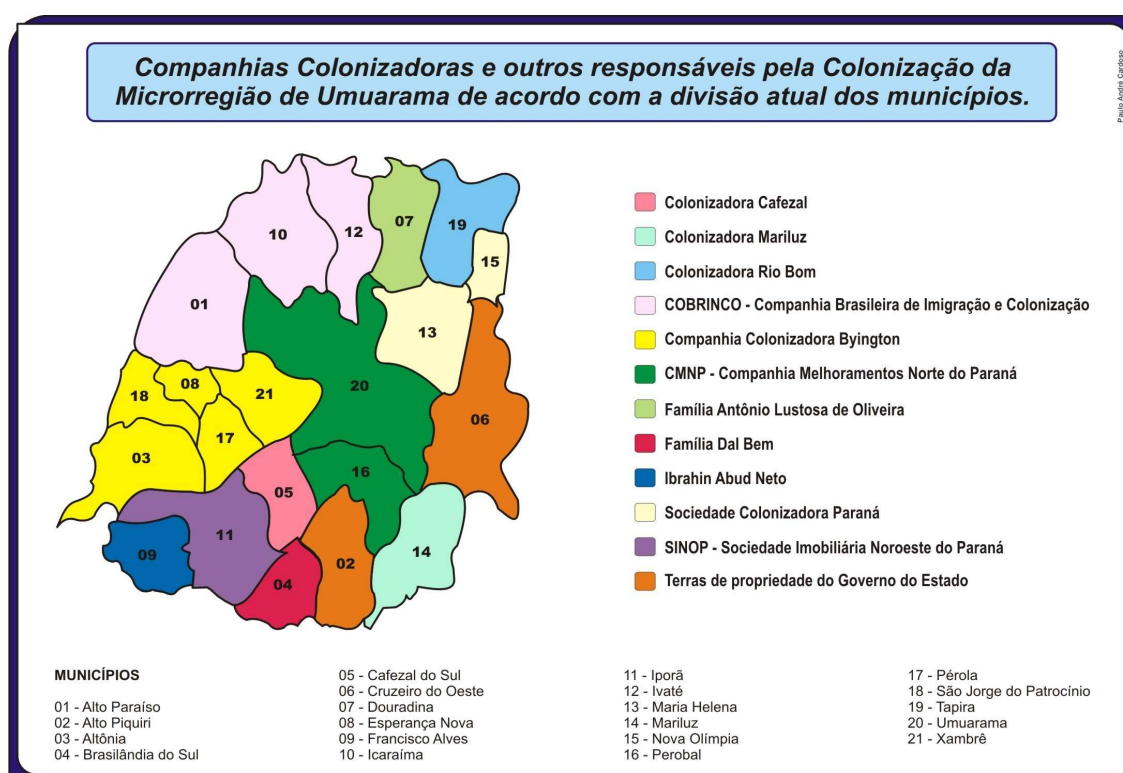
A venda de terras em pequenos lotes não evitou, no entanto, a formação de latifúndios, pois, como afirmam Lopes (1982) e Tomazi (1998), a Companhia não limitava o número de lotes para cada comprador. Desde que se comprometessem a pagar o preço requerido pela empresa, o comprador poderia comprar quantos lotes desejasse, sendo eles contínuos ou não.

Todo o processo de colonização envolve um controle político do espaço a ser colonizado e dos homens que irão colonizar. Controle este, exercido por parte de quem está promovendo a colonização, seja ela de forma oficial ou privada. Este controle é percebido no ato das concessões, muitas vezes cedidas a parentes e amigos em detrimento de outros requerentes, e também na ação policial, seja com investimentos na organização e preparação da polícia, promovidas no governo de Lupión ou no estabelecimento de guardas particulares pelas companhias de colonização.

A ocupação da região Noroeste

O processo de colonização da região de Umuarama é apresentado muitas vezes, como uma continuação do processo de colonização do Norte, especialmente do Norte Novo, e como ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga Companhia de Terras Norte do Paraná.

Com áreas cedidas em concessão, permutas ou compras, o cenário composto pelas várias empresas e particulares, bem como a ação do Estado, é representado no mapa abaixo. Apresentando as divisões político-administrativas atuais, com base em dados referentes à colonização das sedes dos municípios, o mapa traz a possibilidade de visualização da abrangência da influência dos diferentes agentes no processo de colonização.



Fonte: CARDOSO, Paulo André. **Mapa da colonização da região de Umuarama**. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br> Acesso em: 20 nov. 2008.

É importante destacar que os limites não representam fielmente as áreas de abrangência de cada empresa. Como no caso do município de Cafezal, apesar da sede ter sido colonizada pela Colonizadora Cafezal, em relação às áreas

rurais, títulos comprovam o pertencimento anterior à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

No período desta análise, a região não estava ainda dividida da forma como se apresenta atualmente. Quando se tornou município em 1951, Peabiru ficou com território desmembrado de Campo Mourão do qual era distrito e com o território entre os rios Ivaí, Paraná e Piquiri, que pertencia ao município de Foz do Iguaçu, abrangendo quase que totalmente a atual microrregião de Umuarama.

Em 1951, com exceção da área do atual município de Mariluz, que pertencia ao município de Campo Mourão, toda a região pertencia ao município de Peabiru.

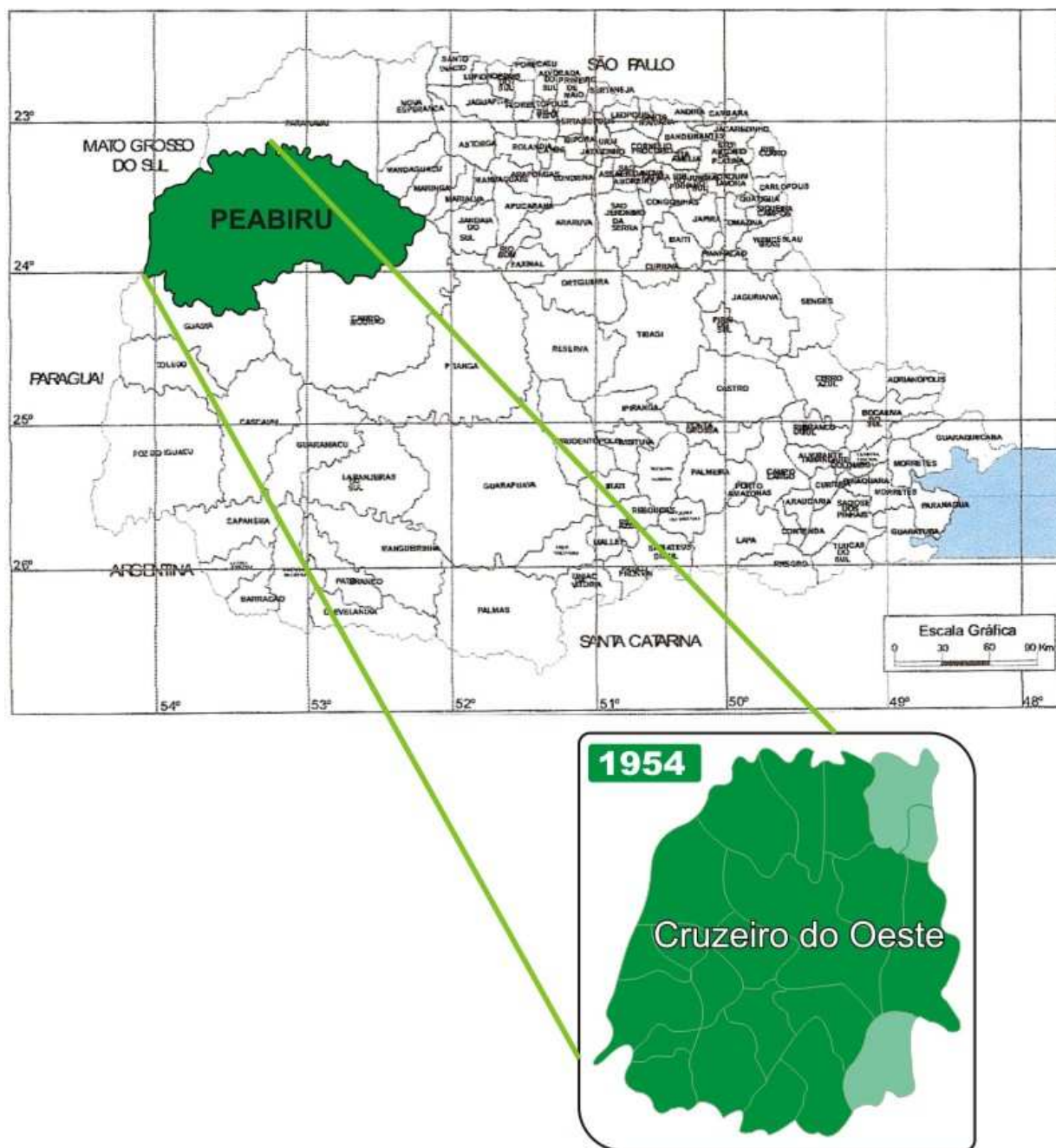
Estes dados podem ser melhor observados a partir da imagem a seguir, que apresenta o mapa do Paraná com a divisão dos municípios em 1951. Nele é possível perceber a abrangência do município de Peabiru e, em destaque, o município de Cruzeiro do Oeste, criado em 1954, apresentando ao fundo, as divisões municipais atuais da microrregião de Umuarama.

É importante observar que somente as áreas dos municípios de Mariluz, Nova Olímpia e Tapira, não fizeram parte do território do município de Cruzeiro do Oeste.

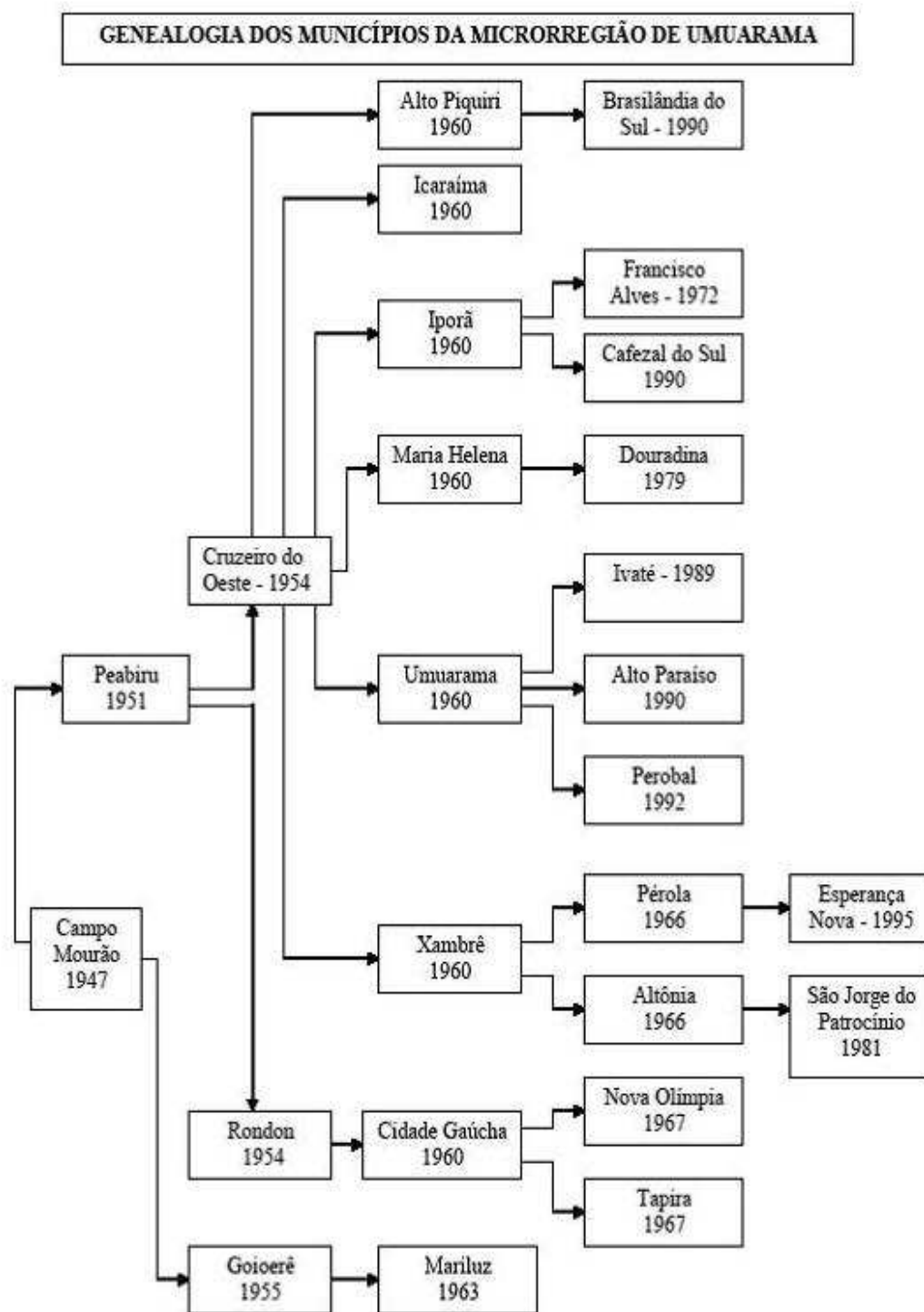
O município de Mariluz desmembrou-se de Cidade Gaúcha que, ao tornar-se município, ficou com território desmembrado de Rondon e Cruzeiro do Oeste. Tapira, distrito de Cidade Gaúcha, tornou-se município com território composto de áreas desmembradas dos municípios de Cidade Gaúcha e Maria Helena.

O processo de desmembramento da região iniciado em 1960, com a formação de novos municípios, estendeu-se até 1997, com a implantação do município de Perobal, criado em 1992. Só então a microrregião alcança a divisão atual.

Na seqüência, apresentamos a genealogia da microrregião de Umuarama, tendo como referência o ano de criação dos municípios.



Fonte: Mapa 03: Paraná - divisão administrativa do ano de 1951. Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG. Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná, 2003. (destaque feito pela autora)



A colonização oficial da região de Umuarama, no Noroeste do Estado, iniciou-se por onde hoje se encontra o município de Cruzeiro do Oeste, mas especificamente no bairro Cafeeiros.

Em 1946 um grupo de engenheiros e técnicos do governo estadual se dirigiu à região com objetivo de fazer um levantamento topográfico da área e de um famoso picadão que por aqui existia, hoje conhecido como estrada Boiadeira, para evitar invasão de terras. Ao chegarem, depararam-se com um emaranhado de picadas na mata, plantações, criação de pequenos animais, alguns posseiros e grileiros, provando ser a região já conhecida anteriormente a vinda desse grupo.

Segundo Rodrigues (2000), um funcionário do Estado foi enviado para administrar a colônia de Cruzeiro do Oeste em 1948, cuja área, segundo a medição realizada pelos engenheiros do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, compreendia 589,74 hectares às margens do Rio das Antas.

Devido ao grande interesse pela região, que oferecia terras boas e fartas, atraindo aventureiros e colonizadores, o governo do Estado, por intermédio da 5ª Inspeção, órgão instalado em Cruzeiro do Oeste e ligado ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, iniciou a entrega de lotes urbanos a quem tivesse interesse em estabelecer-se no município. A titulação da terra era dada após a sua ocupação efetiva, ou seja, o interessado deveria estabelecer-se no lote, construindo a sua moradia. Após a criação do município, em 1954, as terras sob a administração da prefeitura, passaram a ser vendidas e não mais doadas aos interessados.

Para o governador Munhoz da Rocha, Cruzeiro do Oeste seria um pólo avançado para a colonização da região. Criado em 1951 e emancipado, tornando-se município em 1954, Cruzeiro do Oeste já foi um dos maiores municípios do Paraná em extensão e o segundo em número de habitantes. Características modificadas pelo processo de formação de novos municípios na região a partir de 1960.

A Companhia Sul Brasileira de Terras e Colonização foi encarregada de ampliar a cidade de Cruzeiro do Oeste. Em suas propagandas para atrair compradores é possível visualizar a expectativa de que Cruzeiro do Oeste se transformaria numa grande cidade.

Apesar de a propaganda ser direcionada à área urbana, é possível perceber que o grande atrativo ainda era o café – produto principal da economia paranaense – produto que daria ao Paraná o título de maior produtor do país e preconizava grandes riquezas.



Cartaz de propaganda da Cia. Sul Brasileira de Terras e Colonização

Fonte: Acervo do museu Dr. Carlos dos Anjos, de Cruzeiro do Oeste.



Panfleto de propaganda da Cia. Sul Brasileira de Terras e Colonização.

Fonte: Acervo do museu Dr. Carlos dos Anjos, de Cruzeiro do Oeste.

A matéria de uma revista da época, parte do acervo do museu de Cruzeiro do Oeste, cujos dados bibliográficos não foram preservados, intitulada “Cruzeiro do Oeste, a maior pequena cidade do Mundo”, expressa a expectativa de grande crescimento da região.

Nesta reportagem, o autor atribui a Paulo Bittencourt, diretor da Companhia Sul Brasileira de Terras e Urbanização, a utilização de dados da época que indicavam o ganho de mais de um milhão de cruzeiros do sitiante que em 1951 possuía dez mil pés de café, para apregoar o enriquecimento, em curto prazo, de todos aqueles que se estabelecessem na região para cultivar o café.

Na mesma matéria, é atribuída a Newton Carneiro, ex-secretário da Agricultura do Paraná, a descrição de Cruzeiro do Oeste como o mais surpreendente de todos os prodígios humanos e demográficos do Paraná.

A grande procura pelas terras e sua ocupação desordenada causava problemas para o Estado. Em 1952, com a incumbência de resolver problemas de terras no Distrito Administrativo e Judiciário de Cruzeiro do Oeste, então pertencente ao município e Comarca de Peabiru, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, em conjunto com a Inspeção de Terras, enviaram à região de Cruzeiro do Oeste, funcionários incumbidos de localizar posse e titular o futuro proprietário. Segundo a Legislação vigente, o posseiro, desde que comprovasse a cultura efetiva e moradia habitual, teria preferência na aquisição das terras por ele ocupadas.

A existência de posseiros na região se comprova com a presença de um grupo instalado num terreno que denominaram de Saltinho do Oeste, parte do atual município de Alto Piquiri.

Quando Cruzeiro do Oeste desmembrou-se de Peabiru, tornando-se município, Saltinho do Oeste passou a ser um de seus distritos. Nesta época seu território era composto por cinco glebas, sendo que dois lotes de uma delas foi reservado pelo então prefeito de Peabiru, Silvino Lopes de Oliveira, ficando fora do território que compôs o novo distrito.

Estes lotes, após negociações entre o Governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha e o prefeito de Cruzeiro do Oeste, Aparício Teixeira D'Avila, foram doados ao município que efetivou seu loteamento. O loteamento recebeu o nome de Reconquista, passando a ser chamado de Alto Piquiri ao tornar-se Distrito Administrativo, em 1958. A região de Brasilândia do Sul pertencia a Alto Piquiri e tem sua origem estreitamente ligada a esse município.

Os municípios de Umuarama e Perobal foram colonizados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que teve participação também na colonização de Cruzeiro do Oeste e áreas rurais de outros municípios da região, a exemplo de Cafezal do Sul.

As terras adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná diretamente do governo do Estado a partir de 1925, estendem-se pelas regiões do Norte Novo e Novíssimo.

De acordo com Tomazi (1997) a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), comprou, em 1925, 350.000 alqueires de terras junto ao governo do Estado do Paraná.

Além desta gleba, no ano seguinte, em 1926, adquire mais 20.000 alqueires do Dr. Custódio José de Almeida, e surpreendentemente, 80.000 alqueires da Brazil Plantations Syndicate Ltd. - empresa do mesmo grupo empresarial - (que os havia adquirido na qualidade de cessionária da BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio). Nos anos seguintes, comprou 30.000 alqueires da antiga concessão dada a Alves de Almeida e 15.017 alqueires da concessão dada a Paula Silva. Em ambos os casos já era cessionária destas glebas. [...] A CTNP comprou ainda 20.000 alqueires de Francisco Gutierrez Beltrão, anexas àquela gleba de 350.000 adquiridas da primeira transação com o governo estadual. Ao todo, entre os anos de 1925 e 1927 adquiriu 515.017 alqueires. (Tomazi, 1997, p. 184).

A partir de 1944, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi nacionalizada, passando a ser controlada por capitalistas paulistas, tornando-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

De acordo com o projeto inicial, a ferrovia que deveria ligar Ourinhos-SP a Guairá-PR, cuja concessão foi adquirida por empresários ingleses da Paraná Plantations, da qual a Companhia de Terras Norte do Paraná era subsidiária no Brasil, em 1928, passaria por Umuarama.

Quando foi adquirida pelos ingleses, os trilhos da ferrovia já chegavam a Cambará, no Paraná. De posse dos ingleses, a Companhia Ferroviária estendeu seus trilhos até Apucarana, em 1943.

Após a sua nacionalização, determinada pelo governo federal em 1939, a ferrovia São Paulo - Paraná foi incorporada à Rede Viação Paraná - Santa Catarina e seus trilhos chegaram a Maringá em 1954 e a Cianorte em 1973.

Uma área na parte central de Umuarama estava reservada à estação ferroviária. No entanto, a ferrovia nunca chegou.

As trocas ou permutas feitas com o governo estadual foram comuns na região.

Em 1948, o governador Moisés Lupión pagou com terras as obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, onde a imobiliária paulista Byngton, colonizou e deu origem às cidades de Altônia, Pérola, Esperança Nova, São Jorge do Patrocínio e Xambrê.

Em 1952 a companhia iniciou o processo de estudos de projetos e planos de colonização. Os serviços de infra-estrutura que dariam condições à colonização foram iniciados com a abertura de uma estrada mestra ligando a região às cidades próximas e ao rio Paraná, onde foi construído o porto Byngton, a construção de pontes e de estradas secundárias ligando os lotes à estrada mestra e a demarcação dos lotes, deram condições para o início das vendas.

A campanha publicitária era feita principalmente através do “boca a boca”, ou seja, quem já estava convencendo outros a virem. O plano de vendas que previa o parcelamento, também foi um grande atrativo ⁴

⁴ O plano de vendas previa a entrada de 30%, 1º ano 10%; 2º, 3º e 4º anos, 20% - para os lotes rurais e entrada de 40%, 1º e 2º anos 30% - para lotes urbanos.

O desenvolvimento da região era algo dado como certo, prova disso era a área de 4.000 metros reservada pela Byngton para a construção de um aeroporto onde hoje se localiza o distrito de Elisa.

Em 1955 o povoado de Xambrê foi elevado à categoria de distrito administrativo de Cruzeiro do Oeste e em 1960 tornou-se município. Altônia e Pérola foram distritos de Xambrê. São Jorge do Patrocínio, denominado anteriormente apenas de São Jorge, foi distrito de Altônia e Esperança Nova, anteriormente denominada Boa Esperança, pertencia ao município de Pérola.

Em entrevista a nós concedida, Rosa (2007), antigo funcionário da Byngton, explica que as terras que vão de Xambrê a Altônia faziam parte do acordo com o governo, já as terras além de Altônia, na beira do rio Paraná, foram compradas pela companhia, “A transcrição 3.328, é a transcrição que pega a terra da Byngton, de Altônia pra cá. De Altônia pra lá já é outro número de transcrição”.

Para atrair compradores, a empresa se preocupava com a infra-estrutura necessária para sua instalação. Isso fica claro nas palavras de Rosa:

[...] as colonizadoras, todas elas tinham a mesma estrutura. Era um padrão. Elas vinham, loteavam o terreno, abria umas picadas, a estrada mestra, depois vendia a terra, o cidadão recebia o mato em pé e água no rio, ele tinha que derrubar e fazer tudo. Ele comprava a prestação, quatro anos de prazo, os juros eram de oito por cento ao ano, se atrasasse ia pra doze. Todo mundo vendia assim. A estrutura é a mesma, Cobrimco, Byngton, Sinop, a Melhoramentos, todas elas tinham a mesma estrutura. (Rosa, 2007)

Em 1954 foi inaugurado o escritório da companhia Byngton em Xambrê, nesta época, as pessoas dirigiam-se à região em aviões da companhia que pousavam próximo a cidade. Era também em aviões da companhia que doentes eram levados para Maringá e mercadorias eram trazidas de lá. Em caso de emergência, os moradores usavam o rádio da companhia.

O trajeto Maringá – Xambrê, segundo depoimentos, levada cerca de dois dias por terra, se chovesse, de avião era meia hora. O comprador que chegava de avião, não perceberia esta distância. De Umuarama a Xambrê havia um picadão, com tráfego quase impossível em dias de chuva.

As companhias instalavam uma serraria para atender a demanda dos compradores dos lotes urbanos e mantinham uma olaria, ou um depósito de

produtos de olaria de Maringá. Quanto à energia elétrica, ela provinha de motores instalados pelas companhias. As companhias montavam uma escola e pagavam professores.

A assistência médica na região contava com dois médicos, um que ficava no hospital em Cruzeiro do Oeste e outro que viajava pelas regiões de Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste.

Uma estrutura de atendimento aos colonos e de condição de moradia semelhante à descrita acima, já constava em planos oficiais de colonização compreendidos pelo governo do Estado na década de 1930.

Um outro exemplo de pagamento com terras, de obras realizadas ao governo do Estado, estão cerca de 26 mil alqueires de terras devolutas entregues em 1924, ao empreiteiro Geniplo dos Santos Pacheco, correspondente à metade do pagamento da obra de construção de um trecho da estrada que liga Ponta Grossa a Guarapuava.

Devido a não existência de via de acesso e o fato da área ser recoberta por florestas, o que tornava impossível sua comercialização ou colonização, a região em questão só foi colonizada na década de 1950, por Moacir Loures Pacheco, juntamente com o paulista Mário Aguiar de Abreu, que fundaram a Sociedade Colonizadora Paraná Ltda.

Os relatos que citam como uma permuta, o recebimento de 2.000 alqueires de terras do governo do Estado pelo deputado estadual Antônio Lustosa de Oliveira, não esclarecem o que teria sido concedido ao Estado pelo deputado em questão. No entanto, a ligação política do deputado com o governador Lupión é lembrada em um depoimento do ex-governador a Francisco Millarch: “Para aprovação de um projeto de interesse ao Estado sofria toda sorte de exigências, obrigado a fazer composições. Entre os deputados que, com dignidade, me apoiaram, destaco o saudoso Accioly Filho. Lustosa de Oliveria foi outro” (MILLARCH, 1990).

As terras recebidas pelo deputado Antônio Lustosa de Oliveira, fazem parte do atual município de Douradina e foi colonizada por seu sobrinho, Antonio Lustosa de Freitas que, com vinte e dois peões, desbravou uma área de cinquenta alqueires onde foi instalada a fazenda Santa Rosa.

Chegaram, em seguida, outras famílias que também ocuparam a região, destacando-se a de Salvador Lopes Gomes, ex-vereador de Maringá, que chegou

por via fluvial, num bote pelo Rio Paraná, a seguir entrou pelo rio Ivaí e fez 3 dias de caminhada pela mata até localizar o marco dos primeiros 1000 alqueires que adquiriu [...] começou a abrir a primeira estrada, vindo de Umuarama; trabalho árduo, pois foi necessária a construção de 4 pontes de madeira. Ele demarcou os 1000 alqueires em lotes de aproximadamente 15 alqueires [...] o projetista [e mais dois jovens] fizeram todo levantamento de córregos e espigões. Em seguida, adquiriu mais 1100 alqueires ao lado do primeiro, onde demarcou os sítios, e na parte alta deste, projetou as ruas e avenidas da cidade, nos 43 alqueires reservados para ela (Site oficial da prefeitura de Douradina).

Ligada ao Banco Bradesco, a Companhia Brasileira de Imigração e Colonização – Cobrimco, promoveu a colonização da Gleba Vila Alta, onde hoje se localizam os municípios de Alto Paraíso, Icaraíma e Ivaté.

O distrito Serra dos Dourados, pertencente à Umuarama, teve a colonização iniciada pela Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura & Cia Ltda., que fez a queima da mata e transformou o local em um pequeno vilarejo, no ano de 1950. Em 1957, a colonizadora Miyamura foi vendida para a Cobrimco que deu procedimento ao empreendimento.

Outra concessão que os relatos não esclarecem a contento é aquela cedida a Ibrahim Abud Neto, por Moysés Lupión, e que deu origem a Francisco Alves.

A Colonizadora Rio Bom, do Rio Grande do Sul, beneficiada pela campanha getulista da “Marcha para o Oeste” e pela criação do Território Federal do Iguaçu, que demonstravam uma tendência em povoar o Paraná preferencialmente por colonos rio-grandenses, estabeleceu na região, no final da década de 50, um loteamento que deu origem ao município de Tapira.

Contribuíram também para a ocupação da região, a Sociedade Colonizadora Paraná que adquiriu e colonizou a área dos municípios de Maria Helena e Nova Olímpia; a sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, Ltda. - SINOP - de propriedade de empresários paulistas, que adquiriram a gleba Atlântica onde fundaram a cidade de Iporã e os distritos de Nilza e Vila Iverã; a Colonizadora Mariluz, que a partir de 1953 ingressou na região abrindo picadas,

demarcando e comercializando lotes que dariam origem à Mariluz; e a Colonizadora Cafezal, que transformou em cidade os 18.000 alqueires adquiridos do Estado.

Considerações finais

As décadas de 1950 e 1960 tiveram a região de Umuarama como palco de grandes transformações. A área antes habitada pelos índios Xetá e coberta de florestas, foi rapidamente devastada. A mata foi derrubada e os seus habitantes foram expulsos ou eliminados.

Um novo cenário desenrolava-se ao desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos que envolviam o Paraná e o Brasil. A mata deu lugar às plantações, sobretudo a produção cafeeira, o ouro verde que, apesar da fertilidade inferior do solo arenito caiué em relação às terras roxas do Norte, atraiu para a região um grande número de migrantes vindos especialmente de estados do Nordeste, de São Paulo e Minas Gerais, e de outras áreas do Estado do Paraná.

Pessoas estas, que vinham em busca de “um pedaço de chão”, cuja compra era facilitada pelas diversas empresas que aqui investiram, dando origem ao que hoje corresponde aos 21 municípios da microrregião de Umuarama.

Rejeitando a idéia de um vazio demográfico ou da ação das companhias colonizadoras, a exemplo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, apregoada como modelo de reforma agrária, concluímos que a ocupação da região não foi pacífica, já que um tratamento bastante cruel foi dispensado aos indígenas e posseiros aqui instalados.

Os que investiam no loteamento das terras e os que se empenhavam para poder adquirir ao menos um pequeno lote acreditavam no desenvolvimento da região cujas propagandas anunciavam o crescimento quase milagroso.

Mas ainda há questões a esclarecer. As concessões de terras, por exemplo, merecem um olhar mais atento, buscando compreender os critérios, os acordos e os interesses que as acompanhavam.

Neste sentido, este estudo pode tornar-se um incentivo para novas pesquisas. São diversos os aspectos que influenciaram o processo de ocupação aqui desenrolado, possíveis objetos de estudos acadêmicos ou escolares.

Ao compreendermos o contexto mais amplo no qual se insere a história regional, poderemos identificar peculiaridades e semelhanças entre processos distintos. Assim, o estudo regional tornar-se-á um facilitador no entendimento de conceitos e processos históricos.

As orientações atuais para o ensino de História, indicam a utilização de documentos como instrumentos que favorecem a compreensão de linguagens e formas de pensar de outras épocas, documentos que devem ser vistos como indícios sobre o passado e não como provas do real. Este fato reforça a importância de preservarmos corretamente os documentos que estão sob nosso cuidado, preservando-os estaremos preservando os indícios de um passado sobre o qual ainda temos muito o que entender.

A ocupação da região Noroeste, em especial da microrregião de Umuarama, é relativamente nova, muitos daqueles que a iniciaram ainda vivem. Este é então o momento de coletarmos a memória dos fatos que vivenciamos e documentá-la corretamente, mantendo-a viva, para que as gerações futuras possam conhecê-la.

Promovendo o resgate histórico da ocupação da região ou das localidades onde estamos inseridos, coletando documentos, realizando entrevistas, identificando imagens, analisando e arquivando corretamente todo o material levantado, estaremos não apenas preservando a História já conhecida, mas também, revelando fatos que, durante muito tempo, estiveram relegados ao esquecimento.

Referências:

BARROS, José D' Assunção. História, região e espacialidade. In: **Revista de História Regional** 10(1): 95-129, Verão, 2005. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v10n1/1014barros.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2008.

BATALIOTI, Telma. **Os primeiros processos de apropriação e uso econômico da terra agrícola**: o caso de Cianorte/PR. Maringá, 2003. Monografia (Especialização em História e Sociedade). UEM.

CALABI, Donatella. In: portal vitruvius. 2003. Responsáveis: Barbara Boifava e Adalberto da Silva Retto Júnior. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/calabi/calabi.asp>> Acesso em: 28 nov. 2008.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. Considerações sobre história Regional. In: **Revista saberes**, jul. 2007. Disponível em: <http://www.saberes.edu.br/arquivos/texto_aldieris.pdf> Acesso em: 28 nov. 2008.

CARDOSO, Jayme Antonio e WESTPHALEN, Cecília. **Atlas Histórico do Paraná**. 2. Ed. Curitiba: Chain, 1986.

CARDOSO, Paulo André. **Mapa da colonização da região de Umuarama**, Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>> Acesso em: 24. nov. 2008.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: Editora Ave Maria, 1975.

COSTA, Odah Regina Guimarães. **Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Paraná**. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Aracaju, set. 1975.

Cruzeiro do Oeste, a maior pequena cidade do mundo. In: **Tendência dos negócios**. Rio de Janeiro.

Douradina. Site oficial da prefeitura. Seção: **História do município**. Disponível em: <<http://www.douradina.pr.gov.br/>> Acesso em: 27 nov. 2008.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios Paranaenses**: origens e significados de seus nomes. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

GERMINARI, Geyso Dongley. História Regional e Ensino de História. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocência. **Paraná espaço e memória**: diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Alguns problemas do ensino escolar de história regional. In: **História e Ensino**. Londrina, v. 4, p.53-75, out. 1998.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. **Documentação territorial do Brasil**. Biblioteca do IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24 nov. 2008.

Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG. Mapa 03: Paraná – divisão administrativa do ano de 1951. Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná, 2003. In: ITCG – diretoria de geociências, departamento de cartografia, setor de divisas municipais. **Breve histórico sobre a evolução da divisão territorial do Estado do Paraná**. Disponível em: <www.itcg.pr.gov.br> Acesso em: 04 dez. 2008.

LOPES, Ana Yara. **Os pioneiros do Capital**. São Paulo. 1982. Tese (Mestrado em História) – FFLCH. Universidade Estadual de Campinas.

MILLARCH, Francisco. **Lupión, um depoimento para a história política do Paraná**. Tablóide digital. Disponível em: <<http://www.millarch.org/artigo/lupion-um-depoimento-para-historia-politica-do-parana>> Acesso em: 28 nov., 2008. Publicado originalmente em: Estado do Paraná, Almanaque, p 2. 23 set. 1990.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios kaingang**: A história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 -1924). Maringá: UEM, 1994.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros**: conflitos de terra no Oeste paranaense – 1961/66. Niterói: UFF/INIESTE, 2002. (pós-graduação em História)

PARANÁ. Lei 13.381, de 18 de dezembro de 2001. Torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina história do Paraná. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba, n. 6134, 18 de dezembro de 2001.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura. **Quem são os Xetá?** Produção e execução: Museu Paranaense, Secretaria de Estado da Cultura e CELEPAR – Companhia de Informática do Paraná. Curitiba, 2000. 1CD-ROM.

PRIORI, Ângelo A. **A Revolta Camponesa de Porecatu**. Tese (Doutorado em História) UNESP, 2000.

PRIORI, Ângelo A. História regional e local: métodos e fontes. In: **Pós História**. Assis. p. 181-187. 1994.

RODRIGUES, Ari; (et al). **Cruzeiro do Oeste**: origens e formação. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, 2000.

RODRIGUES, Maria Augusta de Oliveira. **Nova Olímpia** – colonização, desenvolvimento rural e problemas ambientais. (monografia – especialização em geociências aplicada ao meio ambiente), Maringá, 1997.

ROSA, Aristides Coelho. Entrevista concedida à autora. Xambrê: 15 out. 2007.

SCHMIDT, Maria auxiliadora. Lendo imagens criticamente: uma alternativa metodológica para a formação do professor de história. In: **História e Ensino** – revista do laboratório de ensino de história/UEL. Londrina: Editora UEL. V.4. p.9-23 out. 1998.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Carmem Lúcia. **Sobreviventes do extermínio**: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Santa Catarina, 1998. Tese (mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Vera. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: E. Marco Zero, 1990.

STECA, Lucinéia Cunha e FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: Ed. EUL, 2002.

TOMAZI, Nelson. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. Curitiba. 1997. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná.

Uma visão diferenciada de como se deu o início. Umuarama: Jornal A Tribuna do Povo, 26 jun. 2005.